



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER

DESPACHO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO: 0009.077209/2018-19-DER/RO

OBJETO: Construção da Ponte em Concreto Pré- Moldado Protendido localizada sobre o Rio da Vala (Km 2,7), no Ramal Aliança. Trecho L-28 de Novembro/Nova Aliança com extensão de 100,0 m, largura 6,35m e área de 635,00m² no município de Porto Velho/RO.

REFERÊNCIA: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 010/18/CPLO/SUPEL/RO

FEITO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

IMPUGNANTE: RDR CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **RDR CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.257.772/0001-64, por intermédio de seu representante legal, Sr. Jose Marcelo da Silva.

1.- Das Alegações da IMPUGNANTE

Em linhas gerais, a **IMPUGNANTE** questiona a legalidade das alíneas "a" e "b" do item 15.3 do Edital de Concorrência n.º 010/18/CPLO/SUPEL/RO:

A exigência de quantidade mínima de serviços específicos constantes no item 15.3, alíneas "a" e "b", do referido edital convocatório, fere a principal característica legal da Lei de Contratos e Licitações Públicas, frustrando o caráter competitivo e limitando a participação de empresas verdadeiramente qualificadas e aptas a participar do pleito.

A exigência formulada na qualificação técnica, conforme a seguir exposto:

15.3- Da Qualificação Técnica

a) Comprovação de registro ou inscrição da licitante/bem como de seu(s) responsável(is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA);

b) Acervo técnico do(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante como responsável(is) técnico(s) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra; Fornecimento, colocação de perfil metálico (HW250x85)

Concreto Estr. Fck = 40Mpa, contr. Raz. c/adit conf. Lanç.

Confecção e colocação de cabo 9 cord. D = 15,2 mm

Fornecimento, preparo e colocação formas aço CA – 50

Forma de placa compensada plastificada

2.-Do Pedido da Impugnante

Declarar-se nulo a exigência de Concreto Fornecimento, colocação de perfil metálico (HW250x85) / Concreto Estr. Fck = 40Mpa, contr. Raz. cladit conf. Lanç./ Confecção e colocação de cabo 9 cord. D = 15,2 mm/ Forma de placa compensada plastificada, pois é totalmente excessiva, RESTANDO APENAS A PARTE MAIS RELEVANTE DO OBJETO QUE É MESOESTRUTURA 1.3,4 (FORNECIMENTO COM MADEIRA DE OAE) E A SUPERESTRUTURA 1.4.5 (FORNECIMENTO PREPARO E COLOCAÇÃO FORMAS AÇO CA 5) EVITANDO O EXCESSO QUE RESTRIGEM A COMPETITIVIDADE.

3. - Da Análise da Impugnação

O objeto da licitação é a construção de ponte de concreto pré-moldado protendido, evidenciando-se 05 itens de relevância, compreendendo a complexidade deste porte de obra. Em termos orçamentários, estes itens atendem a disposto no art. 30, II da Lei de Licitações e Súmula do Tribunal de Contas da União nº 263/2011.

“A exigência de comprovação das parcelas de maior relevância com apresentação a partir de um atestado para os itens solicitados, não se impõe ilegal, visto que está abaixo das quantidades de serviços a serem executados na vigência do contrato, além disso, o objeto da obra é complexo, o que permite tal imposição.”TCU,2011.

No item 5 – Da qualificação Técnica, do Termo de Referência do processo nº 0009.077209/2018-19-DER/RO e Edital CP n.º 010/18/CPLO/SUPEL/RO. A exigência encontra previsão legal no inciso II do art. 30 da Lei de Licitações, Lei 8.666, de 1993, não fere nenhuma norma legal e está em total consonância com o objeto licitado, portanto não contradiz o disposto no art. 30, II da Lei de Licitações que impõe que a documentação relativa à qualificação técnica poderá consistir na comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Por compatível, se entenda ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois para certas coisas, quem faz uma, não garante capacidade para fazer duas. (grifo nosso), vale transcrever a Súmula do Tribunal de Contas da União:

SÚMULA Nº 263/2011 - Para a comprovação da capacidade técnico operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Em obras de artes e afins, a obrigatoriedade da apresentação de um único atestado para comprovação da capacidade técnica para a realização de serviços considerados relevantes está baseada na cautela da Administração Pública em contratar com terceiros a realização de objetos que tem por finalidade o interesse público. Cabe à Administração, portanto, exigir garantias da capacitação técnica e operacional das proponentes.

“A Administração Pública tem o poder discricionário de fixar os critérios que possam não só proteger a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que

integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daqueles de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrados a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo – a lei -, mas com dispositivos que busquem resguardar a administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa” (STJ: Resp 144750/SP; RECURSO ESPECIAL 1997/0058245-0).

Portanto, não há qualquer ilegalidade nas exigências de habilitação previstas no Edital, Concorrência n.º 010/18/CPLO/SUPEL/RO inclusive em relação à comprovação de qualificação técnico-operacional, pois, a exigência visa à efetivação do interesse público.

Porto Velho, 25 de Junho de 2018.

Engª Kênia Vitor da Paixão

Matricula nº 300121502



Documento assinado eletronicamente por **KENIA VITOR DA PAIXAO, Técnico(a)**, em 25/06/2018, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2083020** e o código CRC **948CD6AE**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0009.077209/2018-19

SEI nº 2083020